

1 Introdução

Este trabalho de pesquisa se insere no tema da educação em Direitos Humanos e suas possíveis relações com o ensino de História. Essa opção se justifica pelo interesse em estabelecer alianças entre esses dois campos, possibilidade que se sustenta devido à emergência e à dimensão global assumidas atualmente pela questão dos Direitos Humanos e às características do ensino de História em suas potencialidades emancipatórias¹.

A visualização desses possíveis contatos surge da análise do contexto no qual se desenrola o debate acerca dos Direitos Humanos, de sua intrínseca relação com a educação e das características próprias ao ensino de história que o tornam um lugar privilegiado para a realização dessa aliança.

A maior parte das relações e das impressões que serão apresentadas aqui decorre de posicionamentos conceituais assumidos numa área bastante recente – a educação em Direitos Humanos –, onde, portanto, ainda são muitos e intensos os debates. O primeiro posicionamento necessário diz respeito à própria noção de Direitos Humanos. Para Maria Vitória Benevides, Direitos Humanos são:

“(...) aqueles direitos considerados fundamentais a todos os seres humanos, sem quaisquer distinções de sexo, nacionalidade, etnia, cor da pele, faixa etária, classe social, profissão, condição de saúde física e mental, opinião política, religião, nível de instrução e julgamento moral”. (Benevides, 2000:1).

Aceitando-se essa definição, é fácil concluir que o eixo principal e óbvio, no qual se sustentam todos os Direitos Humanos, é o direito a vida, não apenas a sobrevivência, mas, sobretudo, a uma vida digna e à alegria e vontade de viver. Nesse sentido, o tema dos Direitos Humanos se coloca de maneira emergencial devido à sua própria natureza, ou seja, a defesa da vida humana em todas as suas dimensões. Além disso, diante das atuais conjunturas mundiais, os Direitos Humanos assumem uma posição de interesse global.

¹ Vale esclarecer que o sentido empregado aqui para esse termo se insere numa concepção ampla de emancipação social, entendida como processo de construção de autonomia individual e coletiva com fins de promover capacidade de ação consciente na formulação de alternativas à organização social hegemônica. Essas idéias vão ao encontro do pensamento de Boaventura de Sousa Santos e do lema defendido pelo Fórum Social Mundial, de que “Um outro mundo é possível”.

O final da década de 1980 e a década de 1990 foram marcados por transformações que colocaram a questão dos Direitos Humanos numa posição de destaque. Se o tema já estava presente no debate mundial desde o fim da Segunda Guerra, nas décadas finais do século XX ele assume uma dimensão global. E nesse contexto, afirmá-lo como tema global refere-se não apenas ao alcance territorial da questão – já que passa a ser elemento central nos discursos dos Estados e nos fóruns de debates dos organismos internacionais, em especial a Organização das Nações Unidas (ONU) (Alves, 2002 e 2003) – mas também diz respeito aos diferentes grupos que se envolvem no debate. Tanto as correntes que defendem práticas políticas hegemônicas quanto aquelas que buscam alternativas emancipatórias recorrem à defesa dos Direitos Humanos como bandeira de luta (Santos, 2003). A grande marca referencial para esse debate é a Declaração de 1948, que revolucionou a forma de encarar a Política e o Direito e tornou-se a base para a legislação e a prática política de vários países. Até então, a Política e o Direito tinham como centro o Estado e como objetivo o seu fortalecimento econômico e militar. A partir de 1948, o ser humano para ser o centro das preocupações neste âmbito.

A educação em Direitos Humanos também é uma questão que emerge logo após a Declaração de 1948, baseada na constatação da insuficiência da dimensão educativa das denúncias e das ações voltadas para proteção dos direitos. Esta demanda por criar enfoques educativos e metodologias capazes de inserir a questão dos Direitos Humanos nos espaços formais e não formais de educação surge da necessidade de se criar uma cultura de paz, voltada para transformação no nível das mentalidades, nos planos individuais e coletivos. Atualmente, a educação em Direitos Humanos é defendida, principalmente, como uma prática emancipatória, com o objetivo de formar sujeitos de direitos capazes de agir conscientemente sobre o coletivo de modo a contribuir para uma organização social mais justa e igualitária.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no. 9.394/96) estabelece em seu Artigo 2º que:

“A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (Lei no. 9.394/96 in Saviani, 2003)

Se entendida como um processo que objetiva o pleno desenvolvimento da pessoa humana, considerando-se, então, suas dimensões intelectual, moral, ética, política, afetiva; que busca a formação de sujeitos ativos e conscientes de seus deveres e direitos, e capazes de exercer conscientemente sua cidadania, a educação, por definição, já contribui para a formação de uma cultura em Direitos Humanos. Além disso, a mesma lei também destaca que os conteúdos da educação básica deverão observar *“a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática”* (Lei no. 9.394/96 in Saviani, 2003). O ensino de história, por sua vez, na forma como se apresenta em suas atuais proposições, busca oferecer mecanismos para a constituição de sujeitos históricos, que através de uma visão crítica da sociedade são capazes de assumir seu papel como agentes de suas histórias individual e coletiva.

Por meio dessa primeira aproximação ao tema é possível encontrar alguns pontos de contato entre Direitos Humanos, Educação e Democracia. Esses contatos se apresentam como possibilidade, e a nossa preocupação aqui foi não apenas mostrar como essa aliança se coloca de maneira privilegiada no ensino de história, mas principalmente investigar como essa possibilidade é concebida por professores e professoras de história.

É no contexto dessa discussão sobre a constituição dos Direitos Humanos como tema global e da afirmação da educação em Direitos Humanos como política de emancipação, em especial no que se refere a sua articulação com o ensino de História, que se insere a investigação realizada. Sendo assim, a questão que sintetiza o problema de investigação, para o qual foram direcionadas as reflexões desta pesquisa, pode ser assim apresentada:

Como professores e professoras de história concebem as relações entre o ensino de história e os Direitos Humanos?

Essa questão emerge da constatação das possibilidades de aliança entre esses campos a partir da análise da literatura especializada nas respectivas áreas.

Do estudo dessas possibilidades foi possível identificar no ensino de história um lugar privilegiado para a relação entre Educação, Direitos Humanos e Democracia. Destas mesmas leituras também é possível inferir alguns desafios que se colocam na contramão da realização dessa aliança, e dentre eles destacam-se as condições concretas onde essas relações se estabelecem. Nesse cenário, a figura do/a professor/a apresenta-se como uma personagem de importância primordial, pois a aliança desejada se afirma apenas como promessa se não se considera a ação e o pensamento dos agentes diretos do processo. Sendo assim, o objetivo geral dessa pesquisa foi:

Identificar e analisar as concepções dos professores e professoras sobre as possibilidades de aliança entre o ensino de história e a educação em Direitos Humanos.

Com a intenção de concretizar o objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo, com prioridade para as entrevistas semi-estruturadas como estratégia de coleta de dados. Essa opção se justifica pela necessidade de analisar relações (entre o ensino de história e a educação em Direitos Humanos) que se realizam não apenas no cotidiano do espaço escolar, mas também nas formas de representação e elaboração conceitual dos professores e professoras; relações que são reflexos de suas concepções de história e de educação, e que são refletidas em sua prática pedagógica e em seu discurso. Nesse sentido, me pareceu necessária uma opção qualitativa dada à natureza do problema de investigação proposto.

As entrevistas tiveram como atores quinze professores/as de história da rede municipal do Rio de Janeiro, que atuam no segundo segmento do ensino fundamental (5ª a 8ª séries). Esta escolha se justifica, em primeiro lugar, por uma opção deliberada pelo ensino público, no sentido de tentar oferecer algum tipo de contribuição para ampliar a qualidade e o conhecimento reflexivo das práticas pedagógicas aí realizadas. E, em segundo lugar, a escolha se deve às características da rede municipal do Rio de Janeiro, responsável pela maior parte da oferta do ensino fundamental no município. A opção pelo ensino fundamental se explica pelo fato de ocorrer nesse segmento o primeiro contato do aluno com a história enquanto disciplina escolar.

Os critérios de escolha dos/as entrevistados/as seguiram uma determinação de ordem prática. Inicialmente, estavam previstas entrevistas com professores/as

da 2ª Coordenadoria Regional de Educação². Foram selecionadas aleatoriamente, dentro do quadro de escolas desse grupo, algumas unidades para servirem de ponto de contato com os/as professores/as. O contato com a direção da escola buscava autorização para estabelecer comunicação com professores/as de história da unidade, a fim de apresentar-lhes brevemente o projeto e consultá-los/as sobre seu interesse em participar. Mesmo sendo informadas de que a entrevista com os/as professores/as não seria realizada em horário escolar, tampouco seria necessária a utilização do espaço da escola para isso, e que as escolas e os/as professores/as não seriam identificados, três escolas não me permitiram acesso, alegando razões diversas, tais como a proibição de realização de entrevistas com professores/as da rede por parte da Secretaria de Educação, a proibição da participação dos profissionais por parte da direção da unidade, ou a falta de interesse dos próprios professores nesse tipo de trabalho. Por outro lado, dentre os/as professores/as contatados, quatro se negaram a participar. Três – um professor e duas professoras – alegaram não ter tempo disponível, e a outra se negou a fazer a entrevista ao saber que a mesma seria gravada, argumentando não gravar entrevistas de nenhum tipo.

Diante dessas dificuldades, além do contato através das escolas inicialmente selecionadas, a seleção dos/as entrevistados/as também se deu a partir da rede de relações dos/as próprios/as professores/as. Aqueles/as que aceitavam participar indicavam colegas que acreditavam ter igual interesse. Parece-me que esse critério contribuiu para a formação de um grupo heterogêneo sob o ponto de vista das escolas de origem, porém com perfis mais semelhantes entre si, dados os laços que determinaram as indicações³.

As reflexões fruto dessa pesquisa estão organizadas em quatro capítulos. O primeiro – Direitos Humanos, Educação e Democracia – tem o objetivo de apresentar algumas questões que envolvem atualmente a discussão sobre os Direitos Humanos, e indicar como Educação e Democracia se inserem nessas questões. Aqui tratou-se de identificar as circunstâncias que hoje fazem dos Direitos Humanos um tema global, assim como as ameaças que atualmente se

2 A 2ª CRE é constituída por 143 unidades escolares distribuídas nos bairros da Glória, Flamengo, Laranjeiras, Catete, Urca, Cosme Velho, Botafogo, Humaitá, Praia Vermelha, Leme, Copacabana, Ipanema, São Conrado, Rocinha, Vidigal, Gávea, Leblon, Jardim Botânico, Alto da Boa Vista, Horto, Tijuca, Praça da Bandeira, Vila Isabel, Andaraí e Grajaú.

3 Esses aspectos podem ser melhor observados no desenvolvimento do capítulo 3.

colocam contra a sua efetivação. No que se refere à educação, esta foi afirmada como um direito em si mesma e como um meio para a viabilização de outros direitos. Dessa relação parte a defesa da educação em Direitos Humanos e a necessidade de assunção de uma concepção desta como prática emancipatória. São ainda apresentadas nesse capítulo as principais ações na área da educação em Direitos Humanos no Brasil nas décadas de 1980 e 1990. Na sua relação com a Democracia, a educação em Direitos Humanos é vista como um lugar de construção democrática, com vistas a um processo de radicalização das democracias existentes.

O segundo capítulo – O ensino de história e a educação em Direitos Humanos: alianças possíveis – pretende afirmar a importância do ensino de história para a realização da relação entre Educação, Direitos Humanos e Democracia a partir da apresentação desta disciplina como lugar estratégico para o desenvolvimento de práticas emancipatórias. Para tanto o capítulo se dedica a destacar a importância do papel formativo do ensino de história, tanto sob o aspecto individual quanto o coletivo, e apresentar alguns das principais propostas para o ensino da disciplina, destacando as concepções de história que fundamentam a prática pedagógica.

O capítulo 3 – Conhecendo professores, ouvindo experiências – tem o objetivo de caracterizar os/as entrevistados/as, tanto no sentido de sua formação acadêmica e trajetória profissional, como também identificar e analisar suas concepções mais gerais sobre a educação. Aqui além de um pouco da história pessoal de cada professor e professora entrevistados, também merecem destaque as suas observações sobre os atuais desafios colocadas para a educação e sobre papéis e funções que por ela devem ser assumidos.

Com o propósito de analisar o ensino de história como lugar privilegiado, porém não exclusivo, para o estabelecimento de relações entre Educação, Direitos Humanos e Democracia, o quarto capítulo – Ouvindo professores, buscando alianças – tem por objetivo reconhecer as possibilidades de estabelecimento dessa aliança, através da identificação e análise das concepções sobre o ensino de história e sobre o tema dos Direitos Humanos explicitadas pelos professores e professoras entrevistados/as, e das relações estabelecidas a partir daí. As concepções sobre o ensino da disciplina foram identificadas a partir dos desafios e dos papéis para o ensino de história apontados pelos/as professore/as, assim como

por meio das concepções de história presentes em suas falas. Estas concepções também são perceptíveis através da identificação do que é importante ensinar em história.

Os resultados – parciais e provisórios – da análise dos dados tratados nessa pesquisa foram registrados na medida em que as questões foram sendo apresentadas no desenvolvimento dos capítulos. Contudo, esses resultados são retomados nas Considerações Finais com o objetivo de apresentar uma síntese da análise realizada e apontar para alguns elementos que podem se constituir em pontos de partidas para novas investigações.